

A ÉTICA SKINNERIANA E O PLANEJAMENTO DE CONTINGÊNCIAS PARA UM FUTURO POSSÍVEL: A LEITURA DE ALEXANDRE DITTRICH

Nicole Mayumi Nakagawa (IC) e Alex Moreira Carvalho (Orientador)

Apoio: PIVIC Mackenzie

RESUMO

O comportamento ético implica uma análise conceitual que possibilite prever as consequências possíveis de nossas ações. Do mesmo modo, o planejamento cultural requer previsibilidade de consequências, bem como a explicitação do valor ético que orienta tal planejamento. A pesquisa teve por objetivo realizar a identificação dos conceitos ética e moralidade com base no behaviorismo radical, mais precisamente, em textos publicados por Dittrich sobre a ética skinneriana. Foram selecionados os trabalhos de Dittrich entre o período de 2000 a 2022 contendo as palavras ética, valores, moral, planejamento de cultura, análise de contingências e liberdade. Neste artigo, apresentaremos como o modelo de seleção por consequências aponta a sobrevivência das culturas como valor ético primário e por que essa perspectiva contradiz frequentemente os valores vigentes em diferentes culturas. A partir da análise do conceito de verdade skinneriana, discute-se quais contingências mantêm comportamentos antidemocráticos. Considerando as dimensões descritiva e prescritiva da ética skinneriana, por fim sugerimos a adoção do planejamento cultural proposto por Skinner para o planejamento de práticas culturais, tais como políticas públicas. O planejamento cultural envolve a análise de consequências, a identificação de pessoas e/ou grupos impactados, experimentação de práticas, e a avaliação dos efeitos seletivos das consequências.

Palavras-chave: Análise do comportamento. Ética. Planejamento cultural.

ABSTRACT

Ethical behavior involves a conceptual analysis that enables the prediction of possible consequences of our actions. Similarly, cultural planning requires predictability of consequences, as well as the explicit articulation of the ethical values that guide such planning. The research aimed to identify the concepts of ethics and morality based on radical behaviorism, specifically in texts published by Dittrich on Skinnerian ethics. Dittrich's works from the period between 2000 and 2022, containing the keywords ethics, values, morals, cultural planning, contingency analysis, and freedom, have been selected for this study. In this article, we will present how selection by consequences supports the survival of cultures as a primary ethical value and why this perspective frequently contradicts prevalent values in



different cultures. By analyzing the concept of Skinnerian truth, we will discuss which contingencies maintain anti-democratic behaviors. Considering the descriptive and prescriptive dimensions of Skinnerian ethics, we ultimately suggest the adoption of the cultural planning proposed by Skinner for the planning of cultural practices, such as public policies. Cultural planning involves the analysis of consequences, the identification of impacted individuals and/or groups, the experimentation of practices, and the evaluation of the two selective effects of these consequences

Keywords: Behavior analysis. Ethics. Cultural planning.

1. INTRODUÇÃO

A virada do milênio parecia promissora: a perspectiva de avanços tecnológicos disruptivos, como a popularização da internet; e o progresso social marcado pela conquista de direitos civis e humanos do pós-guerra apontavam para a potencial superação dos flagelos do século anterior. No Brasil, no âmbito econômico, a adoção do plano real em 1994, somada à entrada de capital estrangeiro e à estabilidade política desde a redemocratização inspirava otimismo, apesar do contexto marcado pela desigualdade social, racismo estrutural – termo até então não postulado –, infraestrutura precária e corrupção institucionalizada.

Nessa terceira década de século, contudo, constata-se a reatualização de dramas já conhecidos, concomitante à configuração de novos impasses – desde os anos 2000, buscamos nos adaptar às consequências materiais e subjetivas de atentados terroristas, seguidos pela crise financeira de 2008; o agravamento das mudanças climáticas; as epidemias e pandemias; a crise migratória europeia de 2015; e, mais recentemente, a intensificação da ameaça nuclear após a invasão russa do território ucraniano. Em outras palavras, as crises socioeconômicas, ambientais e sanitárias cujo pano de fundo ideológico é o sistema capitalista têm favorecido a desigualdade por obstaculizarem o desenvolvimento sustentável em áreas de bolsões de pobreza (ACEMOGLU e ROBINSON, 2013).

Embora as crises sucessivas tenham agravado as condições de vida desiguais, a maioria das nações na zona de influência ocidental, historicamente, tolerou desigualdades sociais com base na crença de que, a despeito do ponto de partida, seria possível ascender da pobreza à riqueza. De fato, a retórica da oportunidade marcou presença nos discursos de presidentes estadunidenses por todo o espectro político ao longo dos anos. Barack Obama, por exemplo, teria usado em declarações públicas ao menos 140 vezes a frase “*You can make it if you try*” (SANDEL, 2017), frase de uma música pop que ilustra a ciclicidade na indústria cultural – o objeto é tanto produto quanto produtor do *ethos* de sua época.

Contudo, constata-se o fracasso da promessa de mobilidade social, valor estruturante do *American dream*. Estudos apontam a tendência de que nascidos pobres permaneçam na pobreza quando adultos. Dos nascidos no último quintil da escala da renda, apenas um em vinte alcançará o primeiro quintil, enquanto a maioria não chegará à classe média (THE PEW TRUSTS, 2012) (SANDEL, p. 22, 2017). É esse cenário de possibilidade de ascensão social reduzida, conjugada à desigualdade resultante da concentração de riqueza inerente ao modelo econômico vigente, que tem contribuído ao aumento de tensões sociais e da instabilidade política no mundo inteiro. Desde 2000, a maioria dos países tem visto um declínio

na confiança em instituições públicas (ONU, 2021) e em 2022, o Brasil figurou em último entre 30 países no quesito confiança social – apenas 11% dos brasileiros diz confiar nas outras pessoas (IPSOS, 2022). E ainda que a maioria (75%) dos brasileiros veja a democracia como melhor forma de governo (DATAFOLHA, 2022), somos todos implicados nas consequências sociopolíticas de atos realizados por uma parcela minoritária – mas significativa – da população, como o caso da invasão aos três poderes em 8 de janeiro de 2023.

A intensificação das fake news, fenômeno-chave para a compreensão de comportamentos radicalizados que culminaram no ataque em questão, aparece indissociável do discurso da moralidade. Pesquisas no campo da comunicação demonstram que informações falsas são processadas mais facilmente tanto por apresentarem uma variedade lexical diminuída, quanto por desencadearem emoções específicas: quando comparadas às matérias jornalísticas, as *fake news* evocam 10 vezes mais sentimentos negativos e empregam 37% mais expressões de cunho moral (CARRASCO-CARRÉ, 2022). Dessa forma, o apelo à moral e aos bons costumes é utilizado de forma retórica ocasionando comportamentos do eleitorado cada vez mais radicais e nocivos à estrutura democrática. Mas, quando dizemos fazer algo em nome de qualquer valor – no caso, a moral – em que medida somos agentes livres? Seríamos apenas *supostos* agentes autônomos, conforme sugerido por Skinner? (1956/1972b, p. 36). Esse parece um ponto de partida promissor para pensarmos a dimensão da escolha no estabelecimento e manutenção de comportamentos (que se pretendem) éticos.

Considerando o compromisso ético-político da psicologia com a desnaturalização de fenômenos socialmente constituídos, ponto que implica, necessariamente, a análise das condições nas quais a realidade é produzida e como seus efeitos retroagem nas pessoas, observa-se a adequabilidade das ciências psicológicas para contribuir para a compreensão de quais contingências são ocasião para certos comportamentos. Skinner observa que “O ambiente *determina* quais respostas são mais prováveis de ocorrerem, e essas respostas são reforçadas de acordo com suas consequências” (p. 9, 2000, grifo nosso). Emerge uma questão incontornável: qual grau de implicação ou controle tem o indivíduo sobre seus atos? Quais contextos aumentam a probabilidade de pessoas se comportarem de forma radicalizada e antidemocrática? Em que medida as pessoas são determinadas, se assim o são, pelas variáveis da vida? A busca por respostas é de interesse geral numa sociedade de aspirações democráticas, uma vez que conhecendo as variáveis que afetam o comportamento, nelas podemos intervir – e, se partilharmos do valor fundamental de Skinner, planejar contingências culturais que favoreçam a sobrevivência das culturas e da espécie.

Pesquisadores brasileiros têm se dedicado a diferentes dimensões do estudo da ética e da moralidade na análise do comportamento. Notadamente, o professor e pesquisador na UFPR Alexandre Dittrich propõe um modelo de tomada de decisão ética no qual inclui a avaliação dos objetivos da intervenção; a análise dos efeitos imediatos e de longo prazo das contingências; a análise e respeito aos direitos individuais e coletivos; a análise dos efeitos seletivos das consequências, entre outros. Portanto, tal modelo destaca o potencial do planejamento cultural para equilibrar a sobrevivência da cultura e o bem-estar das pessoas.

Quanto à compreensão do conceito de liberdade, tema central à nossa pesquisa, Dittrich aponta que a liberdade não é uma escolha independente de fatores contextuais, mas sim “relações comportamentais estabelecidas entre pessoas e comunidades” (p. 16, 2010). Logo, a educação para a autonomia, ou para a liberdade, passa necessariamente pelo esclarecimento de como se estabelecem tais relações. Nesse sentido, educar para a liberdade é um objetivo dos analistas do comportamento por favorecer a formação de cidadãos críticos, capazes de cumprir um papel ético-político alinhado ao futuro de nossas culturas (p. 16, 2010).

Com base na discussão apresentada, a questão a ser estudada circunscreve-se ao exame da ética skinneriana conforme analisada por Dittrich, identificando pressupostos filosóficos, epistemológicos e práticos na análise do comportamento que subsidiem intervenções como o planejamento da cultura. Dada a qualidade probabilística que caracteriza o arcabouço teórico das ciências comportamentais, é possível analisar diferentes contextos culturais e neles intervir a partir da análise de consequências como um procedimento para decisões éticas. Conforme definido por Skinner (p. 474, 2020), a cultura pode ser moldada e planejada por meio do controle ambiental com o objetivo de contribuir ao desenvolvimento de comportamentos desejados. E o que viria ser um comportamento desejado? Skinner (1972) afirma que a despeito de diferenças culturais, pode-se concordar que numa sociedade desejável, as pessoas exercem ocupações providas de sentido; ou ainda que o acesso à educação de qualidade seria universal. O planejamento cultural se daria então a partir da criação de ambientes que disponibilizam reforçadores para comportamentos considerados importantes para o desenvolvimento da cultura (SKINNER, 2000), favorecendo comportamentos éticos em contextos sociais diversos, como instituições públicas e privadas, escolas, entre outros. Nesse sentido, a compreensão das dimensões prescritiva e descritiva da ética no campo da Análise do Comportamento faz-se imprescindível ao embasamento de decisões que objetivem intervir nas relações comportamentais. Diante do exposto e em função da consonância do trabalho de Dittrich com os objetivos de nossa pesquisa, objetiva-se através da revisitação de sua obra e dos textos skinnerianos:

- Explicitar a noção de ética skinneriana;

- Analisar como a ética skinneriana pode ser utilizada para compreender fenômenos como a democracia e seus movimentos contrários.

Se formos capazes de realizar esse percurso, poderemos vislumbrar intervenções eficazes em instituições e na vida cotidiana que se oponham à emergência de comportamentos que colocam em risco a sobrevivência de muitos, e em última análise, da própria espécie.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTOS

2.2 Evolução histórica do conceito de ética: da filosofia ao behaviorismo radical

As dimensões moral e ética da existência humana têm sido objeto de atenção e prescrição comportamental desde tempos imemoriais. No Ocidente Antigo, foram os filósofos gregos os primeiros a questionar a moralidade e a ética. Com uma concepção relativista, o sofista Protágoras (490 a.C. – 415 a.C.) concebeu a moralidade como dependente do ponto de vista do indivíduo, visto que “o homem é a medida de todas as coisas”. Sócrates (400 a.C.) postula, nos diálogos registrados por Platão (427 a.C – 348 a.C.), a contraposição de que seria possível conhecer o mundo por meio da reflexão proporcionada pela submissão de crenças (*doxas*) a questionamentos em busca da verdade (método socrático). A partir da autorreflexão, a pessoa tornar-se-ia virtuosa. Da mesma forma, Aristóteles (384 a.C. – 322 d.C.) pensou a ética como a reflexão sobre a moralidade através da qual seria possível chegar a princípios universais, tais como a justiça, a amizade, a virtude e a felicidade. Embora a virtude não ocorra naturalmente às pessoas, elas podem vir a ser virtuosas ao realizarem ações virtuosas, as quais consistiriam no caminho do meio entre extremos. Quanto à virtude moral (*éthike*), segundo o filósofo, esta é adquirida pelo hábito através da repetição ao longo da vida cotidiana do indivíduo (p. 29, 2020).

Após a queda do Império Romano em 476 d.C., a filosofia no ocidente entraria numa fase de subordinação à religião cristã, período de desenvolvimento da filosofia escolástica – uma adaptação da filosofia antiga ao quadro teológico da Igreja Católica. Não por acaso, a noção de moralidade igualmente se adequa aos moldes da Igreja no período médio (FERRY, p. 80, 2006). Outro paradigma ético-moral se configuraria no Renascimento, período marcado por giros epistemológicos impulsionados por revoluções científicas. Notadamente, o copernicanismo e a teoria da gravidade contribuíram ao descentramento do ser humano colocando em xeque a noção de perfeição, ordenação e imutabilidade absoluta do cosmos que tinham os gregos e os medievais (Ibid., p. 117). Logo, gradualmente e não sem resistência, o desenvolvimento da ciência moderna altera os modos de pensar e convoca o ser humano à elaboração ativa de leis que deem sentido a um universo em desencanto.

Consequentemente, a razão substitui a religião como ponto norteador das bússolas da ética e da moral. Nessa toada, no séc. XVII o empirista Locke (1632-1704) sustentará a existência de leis morais universais que podem ser descobertas através do exercício da razão. A auto propriedade (*self-ownership*) do indivíduo e o respeito à liberdade aparecem como base fundante dos direitos à vida, liberdade, e propriedade privada. Já Bentham (1748-1832) se oporá à ênfase atribuída à liberdade individual por Locke, a um só tempo questionando a ideia de direitos humanos universais e defendendo o “princípio da utilidade” – a moralidade caracterizada pela ação cujas consequências acarretam mais felicidade e menos dor para o maior número possível de pessoas (SANDEL, p. 33, 2008)

Por sua vez, Kant criticará Bentham ao afirmar que a moralidade não se trata de maximizar a felicidade, mas de respeitar as pessoas como fins em si mesmas (Ibid., p. 104). Ele argumenta que, além de vulnerabilizar direitos, a tentativa de derivar princípios morais dos desejos da maioria em dado momento seria errôneo, dado que interesses e preferências são contingentes a diversos fatores (arbitrários). Logo, dificilmente serviriam como base para princípios morais universais (Ibid., p. 105). Kant observa que o princípio utilitarista de felicidade “nada contribui ao estabelecimento da moralidade, já que fazer um homem feliz é diferente de torná-lo bom, e fazê-lo prudente ou astuto em buscar seu benefício é diferente de fazê-lo virtuoso” (2007, p. 88). Portanto, sempre que o comportamento é biológica ou socialmente determinado, ele não é verdadeiramente livre. O agir livre seria o agir de forma autônoma, segundo uma lei que o indivíduo dá a si mesmo – o valor moral de uma ação consiste não nas consequências, mas na intenção que motiva o comportamento (Ibid., p. 110).

Se, até então, a discussão acerca da ética e da moral se circunscrevia ao campo da filosofia, o advento da ciência positivista, juntamente com a fundação em 1879 do primeiro laboratório de psicologia em Leipzig, abriria caminhos para que fenômenos psicológicos mais complexos fossem estudados de forma sistemática. Um marco substancial surgiria no século XX, na psicologia do desenvolvimento com o psicólogo suíço Piaget (1896-1980). Suas pesquisas com crianças entre 5 e 12 anos concluem que a gênese do juízo moral passa por duas fases: na primeira, o universo moral da criança se confunde com o físico, prevalecendo a heteronomia moral, ou a noção de que as normas morais provem do exterior e são imutáveis (LA TAILLE, 1993) (PIAGET, 1994). Na segunda grande fase, as normas passam a ser compreendidas por seu valor de regulação das relações entre as pessoas. Assim, a criança desenvolve a capacidade de conceber a si como agente moral que pode estabelecer, defender ou mudar regras. Ou seja, da obediência passiva carregada de imperativos, sucede a obediência ativa derivada do acordo racional mútuo das consciências (LA TAILLE, 1993).

Assim como há uma evolução por estágios na construção do conhecimento, Piaget observou uma progressão moral previsível, sendo o desenvolvimento cognitivo em boa medida, determinante do desenvolvimento moral. Segundo o autor, a moralidade pode ser pensada em etapas sucessivas e hierarquizadas, fruto de um processo construtivo que se dá através da interação entre sujeito e ambiente social. É a partir da interação que ocorrem progressivas descentrações que possibilitam que a criança integre o outro às suas ações e pensamentos (Ibid., 1993). Piaget define o juízo moral como uma forma de comportamento social governada por regras e princípios, os quais seriam aprendidos conforme a criança os internaliza e aplica na vida cotidiana.

Esse processo desenvolvimental foi categorizado em quatro estágios: o primeiro se caracteriza pela amoralidade e foco na motricidade e individualidade, fase em que a criança brinca atendendo a seus próprios desejos e hábitos motores; o segundo é marcado pelo egocentrismo infantil e heteronomia em relação às regras, onde a criança aceita as regras do exterior, tomadas como sagradas e imutáveis. O terceiro estágio é caracterizado por uma cooperação incipiente – a criança já conhece as regras e aceita mudanças contanto que o grupo consinta. Finalmente, no quarto estágio o indivíduo atinge maior organização do pensamento e autonomia, descrito por Piaget como “compreender o porquê das leis que a sociedade nos impõe e que não somos livres de recusar” (1994, p. 265). Com o avanço da consciência moral, surge uma maior reflexão sobre as regras, que deixam de ser fixas e passam a ser acordadas em conjunto. Ao longo dos estágios, ocorre a transição de um tipo de regra para outro: da regra motora, passa-se à regra coercitiva, e então sucede a regra racional (LIMA, 2004). A princípio, a noção de responsabilidade da criança é objetiva, fruto da coação moral do adulto. Essa noção se torna gradualmente subjetiva, efeito da cooperação entre pares (PIAGET, p. 192, 1994).

Ao utilizar uma metodologia experimental baseada na resolução de dilemas, Piaget permite a compreensão do papel das relações recíprocas e da integração do outro no desenvolvimento moral, o que, em última análise, culminaria na fraternidade universal. Sua concepção da moralidade foi posteriormente expandida por Kohlberg (1927-1987), psicólogo americano que, em concordância com os achados piagetianos, postula que as descrições do modelo de estrutura social são dependentes das estruturas cognitivas, assim como os afetos e atitudes (LIMA, 2004; LA TAILLE, 2007). A moralidade se estruturaria em três níveis de desenvolvimento sociomoral organizados em seis estágios: o nível pré-convencional, marcado pela heteronomia, individualismo, intenção instrumental e troca; o nível convencional, no qual as expectativas são baseadas em relações mútuas, com a presença de

conformidade interpessoal; e o nível pós-convencional, englobando a compreensão de um contrato social, da função dos direitos individuais e princípios éticos universais (LIMA, 2004).

Nos estudos realizados por Piaget, Kohlberg e seus colaboradores em diferentes culturas e classes sociais, observou-se que a discriminação da intencionalidade aumenta com a idade, indicando uma relação dessa tendência com o desenvolvimento da inteligência. Vale ressaltar, contudo, que o desenvolvimento cognitivo em diferentes culturas se diferencia pela quantidade e qualidade da estimulação cognitiva (LIMA, 2004). Em outras palavras, a aprendizagem não se limita ao processo de repetição de pensamentos e atos presentes na cultura, mas trata-se de um processo de abstração das práticas realizadas que leva à passagem de uma etapa à outra superior. Conforme La Taille, “a ação precede a consciência, esta é uma ‘tomada de consciência’ da organização efetiva daquela” (p. 19, 1994). Ambos os autores defendem a existência de um universalismo moral psicológico, ou a ideia de que o desenvolvimento moral ocorre através de um percurso identificável – o de compreender a moral como dimensão psicológica organizada em função da reciprocidade universal e do ideal de justiça. Embora essa tese não esteja claramente articulada em Piaget, é defendida com entusiasmo por Kohlberg (LA TAILLE, 2007).

Por sua vez, a perspectiva behaviorista parte do modelo de seleção por consequências para elucidar a legitimação de determinados comportamentos e ideais éticos. Para além da moralidade enquanto aspecto desenvolvimental, amplia-se o debate sobre a ética para abarcar o planejamento das relações comportamentais: “*o behaviorismo radical recomenda uma atitude inquisitiva para o planejamento cultural, em vez de propor um conjunto fixo de princípios éticos a priori*” (DITTRICH, p. 22, 2016). Se decidir equivale a prever as consequências possíveis de nossas ações (DITTRICH, 2010), é a sistematização da tomada de decisão a partir de um método da análise das consequências que viabiliza decisões éticas orientadas pelo bem comum. Nessa perspectiva, o procedimento proposto por Dittrich (2022) se mostra promissor devido à sua compreensão abrangente das variáveis, consistindo em: categorizar consequências por área de influência; definir pessoas/grupos implicados nas consequências possíveis; definir eventuais efeitos seletivos das consequências sobre comportamentos específicos (em termos de forma e/ou frequência); determinar a sequência temporal das consequências analisadas e identificar impactos a médio e longo prazo que possam resultar das mudanças comportamentais ocasionadas por determinada intervenção.

Em síntese, como a moralidade não consiste num aspecto humano isolado, estudá-la contribui para o avanço do entendimento das interações e relações comportamentais que propiciam movimentos de desenvolvimento moral. Em última análise, esse estudo retoma a centralidade do valor da sobrevivência da espécie e da cultura, pois como apontado por

Skinner (1955-1956/1972, p.11), é com base na exposição mais completa possível das formas de controle – e leis que regem as relações comportamentais – que damos o primeiro passo na defesa contra a tirania.

1.1 As relações entre método e metafísica no projeto científico de Skinner

A atividade científica se sustenta por um conjunto de pressupostos sobre seu objeto de investigação e sobre o método adequado para investigá-lo. São, respectivamente, os pressupostos ontológicos e epistemológicos do método que produzirão os enunciados do discurso científico. A combinação da ontologia e a epistemologia constitui a metafísica do método científico, sinônimo de filosofia da ciência (Abib, 1993a). Portanto, a metafísica não só integra, mas também fundamenta um projeto científico, mesmo que não seja explicitada. Afinal, um método pressupõe que *existe* um objeto com *certas* características cujo estudo deve ser realizado de maneira específica (Dittrich, 2004, p. 54). Partindo da descrição do método, seria possível refazer o percurso que liga o método à sua raiz metafísica (ibid, p. 6).

A ciência do comportamento tem seu método de pesquisa sustentado pelo behaviorismo radical, a metafísica dessa ciência. Entretanto, é necessário observar que a separação entre método e metafísica é um artifício que visa facilitar a compreensão de um todo a partir de suas partes (Dittrich, 2004, p. 20). Mesmo que imaginemos as duas instâncias separadas (a fim de que não se tornem indistinguíveis), deve-se acrescentar alguma permeabilidade entre as categorias, pois uma modificação, a depender de sua natureza e extensão, influencia as atividades que integram outras áreas do projeto. Há uma bidirecionalidade não obrigatória: uma modificação nos pressupostos metafísicos de um método pode alterá-lo; e um método modificado por suas consequências pode significar a obsolescência da metafísica que o sustenta. Como operante verbal, a metafísica é reforçada porque justifica o método; caso contrário, tende a ser modificada ou extinta (ibid., p. 23) – não se deve perder de vista que método e metafísica são comportamento; não objetos estáveis (Skinner, 1953/1965, p. 15).

Se o comportamento é modificado por suas consequências (Skinner, 1953/1965, p. 59; Dittrich, 2004, p. 22), as mudanças que dinamizam a interação entre método e metafísica resultam das consequências geradas pelo método no contexto experimental e estão sob controle de consequências remotas como “teorias”, “fatos” etc. que funcionam ao mesmo tempo como reforçadores e regras (ibid p. 31). Na situação experimental, fatos científicos são consequências do comportamento dos cientistas que reforçam aspectos do comportamento que possibilitaram sua obtenção; são as regras para a ação sobre o mundo: “O organismo cuja conduta é mais amplamente modificada e mais completamente controlada na pesquisa (...) é o próprio experimentador” (Skinner, 1972a, p. 122). Ao longo da evolução da ciência, o



método científico foi por muito tempo modelado majoritariamente por contingências naturais. Conforme a metodologia científica se formaliza, revelam-se as variáveis das quais o comportamento dos cientistas é função, guiando a atividade para modos mais efetivos. Um modo de proceder (método) (Ferreira. 1986, p. 1128), é uma classe de comportamentos governados por regras da comunidade e/ou modelados por contingências de reforço da própria atividade (Dittrich, 2004, p. 34).

O percurso histórico da análise experimental do comportamento mostra que Skinner parte de um método sustentado por uma metafísica e uma metodologia, um conjunto de regras preconizadas por, entre outros, Watson, Pavlov, Loeb, Crozier, Bacon e Mach. A análise funcional do projeto científico skinneriano revela que no exercício do método as regras produziram consequências tanto planejadas quanto acidentais que retroagiram sobre Skinner. Essas contingências modelaram seu comportamento, levando-o a reformular o método. Por diferir significativamente do método anterior (Pavlov) aplicado ao estudo do comportamento reflexo, agora exige-se uma nova metafísica instruída pelas novas descobertas. Ao derivar, em parte, dos achados obtidos através do método e de sua aplicação à interpretação do comportamento científico, essa nova metafísica desfruta de relativa independência da filosofia, sem, no entanto, desvincular-se desta. Portanto, enquanto disciplina, a metodologia científica é 1. descritiva, pois descreve o comportamento dos cientistas observando características regulares das quais deriva regras; e 2. prescritiva, no sentido de que reforça a obediência às regras que introduz à comunidade. Contudo, ressalta-se o alcance limitado das regras, que não descrevem completamente os comportamentos dos quais derivam; são, antes, uma simplificação imperfeita, porém útil, das contingências (ibid, p. 35).

1.2 O conceito skinneriano de verdade

Multifacetada e dinâmica, a noção de verdade do behaviorismo radical é fruto de uma análise dos usos comuns do termo, tão numerosos quanto as culturas humanas e suas práticas verbais. Em outras palavras, “Há tantas verdades quantas forem as comunidades que as enunciam, ou as práticas que tais comunidades empregam para controlar a emissão do termo ‘verdade’” (Dittrich, 2004, p. 120). Uma regra é classificada como verdadeira ou falsa em função das consequências produzidas pelo seu seguimento, como reforço ou punição. No sentido estrito, não existem “verdades”, mas eventos classificados como “falsos” ou “verdadeiros” em função do grau de sua funcionalidade em contexto. Depreende-se que o método científico é uma atividade reforçada pela cultura na medida em que resulta em regras com alta probabilidade de conduzirem a consequências reforçadoras, as quais são, então, consideradas “verdadeiras”. Poupa-se, portanto, os demais membros da cultura do aprendizado pela modelagem com exposição direta às contingências. Esse primeiro sentido

da noção de verdade apontado pelo behaviorismo radical se coaduna à visão leiga que avalia a regra partir da pergunta “ela *funciona*?” – seu valor de veracidade depende das consequências produzidas pelo comportamento que a regra governa. Logo, se uma regra científica não gera comportamento, não é possível aplicar o critério de verdade do behaviorismo radical, uma vez que não se pode avaliar a magnitude de reforço que provém da regra (ibid, p. 109). Assim, quando uma lei científica ajuda a “entender a natureza”, mas não pode ser verificada através de consequências práticas (tecnológicas), sua “veracidade” é determinada por práticas da comunidade para assegurar que a lei seja produto do cumprimento de certas regras metodológicas (ibid, p. 113).

A “verdade” da regra condicionada à comunidade verbal ressalta certo grau de independência das outras culturas que uma lei científica replicável desfruta em virtude de sua universalidade. Contudo, uma regra “verdadeira” que não gera comportamento reforçado não deve ser abandonada, mas explicada. O primeiro passo nessa direção é a análise da evolução do próprio método científico e da credibilidade que lhe é depositada. De fato, métodos científicos não são estáticos, e determinar se um método foi aplicado corretamente depende das condições históricas da observação (Kuhn, 1962). Ou seja, além do contextualismo funcional em que se verifica diretamente se uma lei “funciona”, um segundo sentido determinante do critério de verdade é sua dependência da sanção social. As verdades são sempre culturais, porque determinadas pelas qualificações verbais pertencentes à cultura. Conforme as comunidades científicas se especializam em métodos que favorecem “a busca pela verdade”, uma mudança paradigmática transforma a questão “a regra funciona?”, em “a regra foi obtida através de um método que costuma produzir regras que funcionam?” (Dittrich, 2004, p. 116). Dittrich ilustra o ponto com um caso da aviação: o princípio de Bernoulli, utilizado para explicar a interação entre as asas do avião e o ar que permite o veículo manter-se no ar, teria sido superado por uma explicação alternativa baseada no princípio de ação e reação de Newton e no efeito Coanda. Além de apontar problemas na teoria anterior, a nova teoria de Anderson e Eberhardt propõe que o ar, como outros fluidos viscosos, adere à superfície sobre a qual flui (ibid, p. 106). Mesmo que não acarrete consequências de aplicação prática, pois sua utilidade não ultrapassa aquela obtida com o princípio de Bernoulli, a nova explicação foi bem aceita, porque validada por um método partilhado pela comunidade verbal.

Os desafios à análise comportamental do conceito de verdade se intensificam quando o discurso científico se imiscui no campo do debate público. Quando, por exemplo, um líder político recomenda um medicamento comprovadamente ineficaz à população; ou afirma a vulnerabilidade das urnas eletrônicas a despeito de repetidos testes confirmarem sua segurança, devemos questionar: quais são os efeitos dessas declarações em parte



significativa da população que *acredita* – isto é, tem seu comportamento reforçado por essas afirmações? A compreensão desses fenômenos requer um aprofundamento na riqueza e maleabilidade do comportamento verbal, pois regras falsas no sentido científico podem ser consideradas verdadeiras na concepção skinneriana, contanto que governem comportamentos reforçados. Em última análise, sistemas específicos de reforço do comportamento verbal se desenvolvem em comunidades verbais específicas, como tradições, correntes de pensamento filosófico etc., de modo que regras podem ser consideradas verdadeiras apenas no sentido de “gerar consequências práticas” verbais – possibilitando a produção de mais comportamentos reforçados pela comunidade. Entretanto, isso não implica a inferioridade das verdades desse tipo em relação àquelas que nos “ajudam a entender o mundo”, visto que a efetividade não é a correspondência com o “real”, e sim o reforço (ibid, p. 120). Desse modo, fenômenos como as fake news podem ser compreendidos considerando a especificidade do comportamento verbal, que por ser livre das relações espaciais, temporais e mecânicas que prevalecem entre o comportamento operante e as consequências não-sociais (Skinner, 1974, p. 89), permite enunciar verdades sobre o próprio comportamento verbal, mas não necessariamente sobre o mundo.

1.3 O modelo de seleção por consequências

O modelo de seleção do comportamento por consequências oferece uma chave interpretativa de amplo espectro, potencialmente aplicável a todas as atividades humanas e encontrado exclusivamente em seres vivos, ou em “(...) máquinas feitas por seres vivos”, como modelos computacionais e algoritmos (Skinner, 1984, p. 477). Trata-se de um modelo de causalidade que em um só tempo, afasta o behaviorismo de concepções mecanicistas, localiza o escopo da ciência do comportamento entre a etologia e a antropologia e baliza o discurso skinneriano sobre fenômenos culturais. Os três níveis, filogenético, ontogenético e cultural, combinam-se e interagem de diferentes formas e possibilitam compreender como o organismo é controlado por determinantes de cada nível.

No nível filogenético, o organismo é necessário para o gene, ao mesmo tempo em que é seu servo. Embora as variações ocorram nos genes, é nos organismos que elas são selecionadas (Dittrich, 2004, p. 125). Mesmo que as ações das variáveis ambientais ocorram sobre o fenótipo, é nos genes que a seleção ocorre. Por gene, compreende-se uma porção de material cromossômico com poucas possibilidades de divisão e grande capacidade de autorreplicação. Essas características permitem ao gene uma longa permanência no “fundo” genético de sucessivas gerações (Dawkins, 1976/1979, cap. 3), motivo que permite tomá-lo como unidade básica do processo seletivo.



No nível ontogenético, um organismo exhibe comportamentos relativamente indiferenciados ao nascer. De origem filogenética, esse repertório teria sido selecionado por favorecer a ação de contingências ontogenéticas. Isso indica a origem ambiental da *espontaneidade* do comportamento operante (Dittrich, 2004, p. 127). Ou seja, cada característica é produto da interação entre os ascendentes do organismo e os ambientes passados. Variações fenotípicas complexas, portanto, resultam do processo cumulativo de sucessivas variações selecionadas pelo ambiente em função das vantagens adaptativas que tais características conferiram ao organismo (Skinner, 1966/1984, p. 671). Em suma, os genes são selecionados por ambientes que já não existem. Fonte primária a partir da qual os operantes são modelados, o repertório indiferenciado do organismo fornece o “material” sobre o qual agem as variáveis ambientais seletivas, como demonstra a modelagem gradual de operantes complexos (Dittrich, 2004, p. 128). Logo, os operantes são tanto produtos quanto unidades de seleção, uma vez que o processo de seleção de operantes age durante toda história ontogenética do sujeito – um operante nunca é selecionado em definitivo.

No nível da cultura, as unidades de seleção são as práticas culturais. Definidas de acordo com seus produtos e consequências, tais práticas são compostas por operantes ou conjunto de operantes em contingências de reforço entrelaçadas (ibid, p. 134). Para pensar como as práticas culturais variam e se reproduzem, analisa-se a reprodução e variação de operantes, considerando que tais práticas são transmitidas entre gerações porque os indivíduos que as transmitem são reforçados pelas consequências de fazê-lo. O reforço pode ser direto, por meio do comportamento daquele a quem a prática é transmitida, ou indireto, por meio de agências de controle governamental, educacional, religioso e de formas de reforço social. Logo, práticas culturais não são transmitidas *porque* beneficiam a cultura, tampouco os genes são transmitidos *porque* beneficiam a espécie (ibid, p. 161).

Dado que diversos comportamentos complexos transmitidos pelas culturas não ocorrem espontaneamente em sua topografia final, as culturas provêm contingências para promover a ocorrência inicial desses operantes (Skinner, 1989, p. 115-117), notadamente através de reforçamento de comportamentos imitativos e do comportamento verbal que permite o controle através de regras. Não obstante, a continuidade desse repertório depende de seus efeitos sobre as possibilidades de manutenção da cultura. Logo, práticas culturais podem ser avaliadas por seu valor de sobrevivência, critério ético descritivo-prescritivo proposto para nortear o planejamento cultural de contingências em oposição à postura *laissez-faire* que, na tentativa de opor-se ao controle, deixa-se controlar e alienar por variáveis não identificadas, mas presentes.

1.4 O sistema ético skinneriano

A ciência de valores proposta por Skinner explica três pontos: porque as pessoas se comportam eticamente; utilizam vocábulos de ordem ética; e promovem certos valores éticos. A discussão é proposta nos seguintes termos: diferentes organismos, com histórias de reforço diversas, interagem através de categorias de comportamento verbal buscando persuadir-se mutuamente conforme certas consequências presentes em suas histórias de reforço. Skinner (1971, p. 353) define reforçadores positivos como “coisas boas”, sendo que o que é considerado “bom” é essencialmente uma questão do nível filogenético. Reforçadores condicionados, como reforço social, derivam dos primários; e é produto da própria seleção o processo que conferiu ao ser humano a suscetibilidade ao reforçamento por eventos e estímulos sem valor biológico direto (Dittrich, 2004, p. 214). A suscetibilidade que contribuiu para o surgimento das culturas evidencia, em vez de um “salto”, um *continuum* entre natureza e cultura. Skinner (1974, p. 203) define como cultura “(...) um conjunto de contingências de reforço mantidas por um grupo” (1974, p. 203). Assim, a sobrevivência de uma cultura implica a continuidade genética de seus membros e da transmissão de suas práticas, de modo que “a sobrevivência das culturas é um valor que nasce com as próprias culturas” (p. 229).

Assim como a suscetibilidade ao reforço contribuiu para o surgimento das culturas, a “hierarquia de valores” de uma cultura se configura a partir dos esquemas de reforço que envolvem diferentes reforçadores condicionados. A moralidade cultural decorre do fato de que outras pessoas em nossos grupos sociais compõem contingências de reforço que nos afetam. Intencionalmente ou não, indivíduos reforçam uns aos outros, dando origem a padrões individuais e sociais de moralidade (Skinner, 1971, p. 108). Em suma, os valores resultam da combinação de contingências de sobrevivência (nível filogenético) e contingências de reforço na história de vida do indivíduo. Isto é, “o controle do comportamento em nível ontogenético pelo grupo dá origem aos valores sociais” (Dittrich, 2004, p. 215). Com treinamento verbal, aprende-se a categorizar tais valores como “bons” ou “maus”. Para Skinner, julgamentos de valor são julgamentos sobre efeitos reforçadores (1971, p. 105). Desse modo, as próprias palavras se tornam reforçadores generalizados, positivos ou negativos, que são empregados no controle do comportamento ético (Dittrich, 2004, p. 231). Do mesmo modo, leis e regras também estão a serviço desse controle, mas enquanto estímulos discriminatórios verbais, apenas *descrevem* contingências sociais de reforço (ibid, p. 216). Mas o que isso significa?

Para Skinner, podemos traduzir uma sentença do tipo “deve”, como “você não deve mentir”, para “mentir é errado e comportamentos errados são punidos” – uma sentença do tipo “é”. Tal tradução refere-se à equivalência funcional entre “deve” e “é” enquanto estímulos discriminativos que atuam no controle do comportamento do ouvinte (p. 217). Daí a base “factual” do discurso ético skinneriano, considerando que “prescrever certo comportamento é

descrever contingências de reforço” (Dittrich, p. 2004, p. 218). Exemplificando a partir do nosso contexto, “intervenção militar já” é uma prescrição de valor, um mando cujo significado é algo como “promova a intervenção militar em detrimento de outras formas de governo e você reforçará meu comportamento” – essa é a única contingência *atual* descrita pela sentença. O falante sinaliza que eventos em direção a esse tipo de regime lhe são reforçadores, referindo-se a um bem pessoal – condicionados ou não, reforçadores são *bens pessoais*, pois reforçam o comportamento daquele que se comporta. Na sentença “intervenção militar já!”, a contingência de reforços sociais descrita não afeta, necessariamente, o ouvinte, como “você não deve mentir” o faz. Assim, “intervenção militar já!” difere de “você não deve mentir” porque, na primeira, não há reforço social generalizado (isto é, o bem dos outros), pois o ouvinte só será reforçado por defender a sentença caso se junte à comunidade verbal do falante que clama por intervenção militar.

Skinner nos remete aos três níveis de seleção do comportamento para descrever os bens de seu sistema ético: os bens pessoais resultam da evolução natural; os bens dos outros estão relacionados ao controle do comportamento operante pelo grupo; e o bem das culturas refere-se às práticas que impactam a possibilidade de sobrevivência das culturas (Dittrich, 2004, p. 231). Os três bens determinam, em seus respectivos níveis, julgamentos do que seja “bom” segundo as contingências. Isso significa que um mesmo evento pode ser bom em um nível seletivo e ruim em outro, não havendo convergência obrigatória entre o bem da espécie, das pessoas e das culturas (Skinner, 1984, p. 480; Dittrich, 2004, p. 228). É importante ressaltar parte do problema: o bem das culturas (sobrevivência) não é um evento reforçador per se, pois transcende a existência dos indivíduos. Por outro lado, pode-se dizer que são reforçadores condicionados do nível ontogenético os *eventos que indicam um possível acréscimo nas chances de sobrevivência de uma cultura*. Em outros termos, a seleção no nível da cultura não opera diretamente no comportamento precisamente porque o bem da cultura (sobrevivência) não o reforça diretamente (p. 232). Então como assegurar a continuidade e sobrevivência das culturas? Militantes de diferentes espectros político-ideológicos frequentemente alegam atuar em prol do “bem comum”. Mas como se forma a concepção de “bem comum” de um indivíduo? Apesar de estarmos “(...) em posição privilegiada para observar as variáveis das quais nosso comportamento é função (...)” (Skinner & Blanshard, 1967, p. 215), julgamentos costumam ser imprecisos, pois o falante não observa os “efeitos reforçadores” em si, mas as condições corporais concomitantes (Dittrich, 2004, p. 225). Se os “julgamentos de valor” não são adotados, mas produto de contingências filogenéticas e ontogenéticas, com que grau de acurácia pode-se afirmar que algo é bom para si ou para os outros? (ibid, p. 223). E uma vez adotado um critério do que seja o bem comum, como planejar práticas culturais por ele orientadas?

O termo “planejamento” implica a previsão de efeitos possíveis, embora poucas práticas culturais sejam implementadas tendo essa previsão como variável controladora. O bem das culturas pouco participa das contingências que controlam as práticas culturais, visto que o planejamento cultural proposto por Skinner implica o controle de práticas culturais “em função de seu possível valor de sobrevivência”. Tal processo ocorreria através de contingências de reforço que integram tais práticas (Dittrich, 2004, p. 230). Apesar de algumas práticas possuírem valor de sobrevivência, os indivíduos só as consideram “boas” na proporção em que esses eventos são reforçados pela cultura, em que pese o quão potencialmente prejudiciais eles sejam à sobrevivência de certa cultura (ibid, p. 235). Além disso, tais práticas não devem ser impostas, pois, neste caso, não são as práticas “certas” (Skinner, 1987, p. 30).

Com efeito, deve-se considerar a dificuldade que a “observação” da evolução das culturas implica em razão das diferenças temporais entre os três níveis seletivos. Além disso, para discutir a evolução cultural, é necessário ampliar o campo descritivo para englobar o prescritivo. A sobrevivência das culturas desempenha um duplo papel: é tanto uma constatação, quanto uma prescrição (p. 239). Quer a adotemos ou não como valor principal no planejamento cultural, as práticas culturais serão julgadas segundo esse critério (Skinner, 1965, pp. 432-433; 1972b, p. 22). Dessa forma, as culturas que estiverem em consonância com o valor da sobrevivência terão, presumivelmente, suas chances de continuidade acrescidas. Sob o aspecto *descritivo*, as unidades de seleção no nível 3 são as práticas culturais – elas surgem, evoluem e se extinguem. Já sob o aspecto *prescritivo*, Skinner promove a sobrevivência das culturas como valor, mas não defende a manutenção indefinida de práticas culturais; elas devem funcionar como instrumentos provisórios a serviço da sobrevivência das culturas. Trata-se de um valor plástico, pois “são as contingências que determinam o valor de sobrevivência das práticas culturais”, sendo que a “simples prática de fazer mudanças deve ter tido valor de sobrevivência” (Skinner, 1971, p. 4; Dittrich, 2004, p. 248). Dado que as contingências seletoras mudam constantemente e “nenhuma prática cultural possui valor de sobrevivência intrínseco” (ibid, p. 247), seu valor de sobrevivência é determinado prevendo em quais contingências tal prática será julgada. Os limites dessa previsão incluem uma margem de erro em que as contingências de sobrevivência podem não ter sido inteiramente antecipadas.

Mas, afinal, por que adotar a sobrevivência das culturas como valor fundamental? A aceitação é difícil porque: 1. quando compreendida equivocadamente, dá margem a aproximações com o darwinismo social e distopias centradas em avanços tecnológicos; 2. confronta sistemas de valores tradicionais; e 3. não apresenta vias de ação específicas e

imediatas. A oposição à sobrevivência das culturas também envolve o fato de que um mundo controlado pela engenharia comportamental reforçaria os membros nascidos no seio da cultura modificada, mas não os membros das culturas atuais (Skinner, 1971, p. 174). Diante dos desafios, Skinner (ibid, p. 137) esclarece: “Não há uma boa razão para que você deva importar-se, mas se sua cultura não o convenceu de que há, tanto pior para sua cultura”. O modelo de seleção por consequências leva-nos a concluir que “a sobrevivência não é um critério o qual nós sejamos livres para aceitar ou rejeitar (...)” (Skinner, 1972b, p. 22). Ou seja, “(...) quer gostemos disso ou não, a sobrevivência é o critério final” (Skinner, 1972b, p. 36).

Revelam-se os limites de sua proposta: por um lado, suas conclusões pressupõem a concordância com o modelo de seleção por consequências; por outro, liberdade, prazer e felicidade são valores com apelo maior, porque mais imediatos (Dittrich, 2004, p.254). Dentre os valores indicados como secundários que, se aplicados de forma correta, tendem a contribuir para a sobrevivência da cultura, estão: a felicidade, saúde, segurança, produtividade, educação, criatividade, experimentação, amor, cooperação e apoio, preservação do meio ambiente, entre outros – valores que envolvem bens pessoais e bens dos outros (ibid, p. 264). No entanto, nos sistemas éticos tradicionais, bens pessoais e dos outros frequentemente são tomados como valores fundamentais; disso parece resultar a subordinação do bem das culturas a bens imediatos. Felicidade, prazer e afluência são, nesse sentido, bens pessoais que podem opor-se à sobrevivência das culturas: “(...) a sobrevivência está, frequentemente, em conflito direto com os valores tradicionais” (Skinner, 1965, p. 432).

Por fim, a sobrevivência é um valor completo porque engloba bens pessoais e os bens dos outros com os quais se correlaciona. Os valores tradicionais interessam ao planejador cultural porque tais valores determinam, em algum grau, a possibilidade de manutenção e continuidade dos grupos sociais. Ainda que o valor fundamental de Skinner fosse adotado, seria impossível precisar quais valores ou práticas culturais são *melhores* (Skinner, 1971, p. 145). O caminho é a experimentação – as circunstâncias e a análise pormenorizada das consequências apontarão o *melhor* para cada contexto.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência de valores skinneriana compreende os julgamentos ético-morais como produtos das contingências de reforço compostas pelos três níveis de seleção, sendo que valores sociais resultam de interações verbais e práticas culturais mantidas e transmitidas entre gerações. A sobrevivência das culturas emerge como valor fundamental, servindo como norte para o planejamento cultural. Desse modo, a análise de consequências como procedimento para decisões éticas inclui: categorizar as consequências de possíveis cursos de ação; definir as pessoas e grupos envolvidos; definir os efeitos seletivos dessas

consequências; definir a sequência temporal das consequências; e por fim, contemplar uma abertura à experimentação, ajustando práticas em função de consequências inesperadas.

Devido à complexidade temática, a presente pesquisa não esgota a problemática, mas abre caminho para futuros estudos sobre retóricas moralistas e suas implicações em contextos de polícrise. Nesse sentido, o sistema ético skinneriano revela-se promissor no planejamento de políticas públicas, ao permitir prever, planejar e experimentar práticas culturais que visem erradicar problemas político-econômicos e socioambientais que ameaçam a continuidade da sobrevivência humana. Considerando a dimensão prescritiva da ética skinneriana, o desafio dos analistas do comportamento consiste em criar variáveis capazes de controlar práticas com consequências remotas, contribuindo para que pessoas e instituições estejam progressivamente mais sensíveis e sob controle de um futuro que ainda não existe. Desse modo, é a partir da “manipulação de variáveis das quais o comportamento é função” (Skinner, 1953, p. 228), definição skinneriana de autocontrole, que a nossa espécie pode transcender suas limitações biológicas e se aproximar da criação de um futuro possível.

4. REFERÊNCIAS

1. ANDERY, Maria Amália Pie Abib. **Uma tentativa de (re)construção do mundo: a ciência do comportamento como ferramenta de intervenção**. 1990. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.
2. ACEMOGLU, D., & ROBINSON, J. A. (2013). **Why nations fail**. Ed: Profile Books.
3. [B. F. Skinner - Behavior Control, Freedom, and Morality \(1972\) - YouTube](#)
4. CARRÉ. The fingerprints of misinformation: how deceptive content differs from reliable sources in terms of cognitive effort and appeal to emotions.
5. DAWKINS, R. **O gene egoísta**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 1976.
6. DITTRICH, Alexandre. Análise de consequências como procedimento para decisões éticas. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 14, n. 4, p. 682-707, 2010.
7. DITTRICH, A. **Behaviorismo Radical, Ética e Política: Aspectos teóricos do compromisso social**. 2004. 484 f. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade Federal de São Carlos.
8. DITTRICH, Alexandre. STRAPASSON, Bruno. *Bases Filosóficas da Análise do Comportamento Aplicada*. Universidade Federal do Paraná, 2018.
9. FERRY, Luc. **Apprendre à vivre**. *Traité de philosophie à l'usage de jeunes générations*. 2006. Ed. Plon.
10. [67,5% dos brasileiros temem agressão física em razão de escolhas políticas ou partidárias. *Estadão*: São Paulo. 15 set. 2022. Disponível em: 67,5% dos brasileiros temem agressão física em razão de escolhas políticas ou partidárias - Estadão \(estadao.com.br\)](#)



11. [Datafolha: Eleitor teme falar de política em local público. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 20 out. 2022. Disponível em: Datafolha: Eleitor teme falar de política em local público - 20/10/2022 - Poder - Folha \(uol.com.br\)](#)
12. [Em alta, 75% veem democracia como melhor forma de governo. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 23 ago. 2022. Disponível em: Em alta, 75% veem democracia como melhor forma de governo - 23/08/2022 - Opinião e sociedade - Datafolha \(uol.com.br\)](#)
13. [Relatório preliminar estima que prejuízo com invasão à Câmara já supera R\\$ 3 milhões. Câmara dos deputados. 10 jan 2023. Disponível em: Relatório preliminar estima que prejuízo com invasão à Câmara já supera R\\$ 3 milhões - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](#)
14. PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. 2004. 4ª ed. Summus editorial.
15. SANDEL, Michael. **The tyranny of merit**. What's become of the common good? (2020). Ed: Farrar, Straus and Giroux, Nova Iorque.
16. SANDEL, Michael. **Justice**. (2010). Penguin Books.
17. SKINNER, B.F. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
18. SKINNER, B.F. **Beyond freedom and dignity**. New York: Alfred A. Knopf. 1971.
19. SKINNER, B.F. A case history in scientific method. Em B.F Skinner, **Cummulative record: A selection of papers** (pp. 101-124). NY: Appleton-Century-Crofts. 1972a.
20. SKINNER, B.F. The control of human behavior (abstract). Em B.F Skinner, **Cummulative record: A selection of papers** (pp. 524-528). NY: Appleton-Century-Crofts. 1972b.
21. SKINNER, B.F. **About behaviorism**. New York: Alfred A. Knopf. 1974.
22. SKINNER, B.F. & Blanshard, B. **A debate on mind**. Theories in contemporary psychology. NY: Macmillan. 1976.
23. SKINNER, B.F. Selection by consequences. *Behavioral and Brain Sciences*, p. 477–510. 1984.
24. SKINNER, B.F. A new preface to Beyond Freedom and Dignity. Em Recent issues in the analysis of behavior (pp. 121-135). Columbus, OH: Merrill. 1971.
25. SKINNER, B.F. The phylogeny and ontogeny of behavior. Em A.C Catania & Harnad (Orgs). **Canonical papers of B.F Skinner** (pp. 669-777). The Behavioral and Brain Sciences. 1984.
26. SKINNER, B.F. **Upon further reflection**. Englewoods Cliffs, NJ: Prentice Hall. 1987.
27. TODOROV, João Claudio. **O papel do treino discriminativo na construção e manutenção de contingências operantes**. 1994. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Carlos, São Carlos, 1994.
28. TODOROV, João Claudio. **Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade**. Santo André: ESEtec, 2013. Capítulo 15.
29. Trust in public institutions: Trends and implications for economic security | DISD (un.org)